

Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado

Manoel Calaca

da Universidade Federal de Goiás – Goiânia - Brasil
manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

Edson Batista da Silva

da Universidade Estadual de Goiás - Formosa - Brasil
edson_bat_silva@hotmail.com

José Novais de Jesus

da Universidade Federal de Goiás – Goiânia - Brasil
novaisdejesus@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre o campesinato no Cerrado, no contexto da expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA. O objetivo é a análise das estratégias do capital na apropriação da renda da terra camponesa pela expansão do agronegócio no Cerrado. A análise apresentada nesse texto está embasada na revisão da literatura sobre o campesinato, fronteira agrícola e renda da terra. Utilizaram-se, também, informações de fontes primárias e secundárias, apresentadas mediante cartogramas e gráficos, além de dados e informações coletadas em campo. Diante dos estudos ora realizados, conclui-se que a renda da terra está no centro das disputas entre os agentes do capital e o campesinato no Cerrado, expresso de um lado, pelos “*latifúndios invisíveis*”, das sementes e insumos agrícolas, de outro, as estratégias de *invisibilização* do conhecimento e das práticas camponesas.

Palavras-chave: Cerrado. Campesinato. Agronegócio. Fronteira Agrícola.

Introdução

O Cerrado se constitui na última fronteira agrícola do Brasil e reúne um conjunto de elementos que forma a base para as operações financeiras que se destinam à ampliação das atividades agropecuária e outros empreendimentos, os quais contam com a participação direta das grandes empresas e do Estado. Para os governos e para as organizações empresariais, esse processo representa progresso, geração de emprego e renda e contribui para a melhoria das condições de vida da população local. Os resultados negam esse discurso, pois os efeitos são negativos para grande parte da população, especialmente para os camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, que convivem com ameaças constantes às suas terras e aos seus territórios por ações ilegais de grileiros e pela pressão constante das grandes empresas do agronegócio.

O campesinato, que consiste em um segmento social do campo brasileiro, como resultado das conquistas históricas na luta pela existência, tornou-se o elo mais afetado pela expansão da territorialização do capital no campo. De um lado, os camponeses são constantemente ameaçados por grileiros, latifundiários, empresas de especulação imobiliária, e de outro, convivem com o constante avanço do capital, que, mediante estratégias diversas, subordina e expropria a produção excedente dos camponeses.

Mediante revisão da literatura, trabalhos de campo e processamento de dados secundários serviram de base para as análises apresentadas nesse artigo, que contempla reflexões teóricas sobre o campesinato, a fronteira agrícola e as ações do capital e do Estado, os quais são protagonistas de um processo constante de ameaças à existência do campesinato e sua eterna luta pela sua existência.

Campesinato no Cerrado: a construção do concreto pensado

O camponês é objeto de querelas constantes nos estudos agrários. Os imbróglis têm aspectos científicos, políticos e instrumentais. As controvérsias ocorrem pela capacidade explicativa, pelo conteúdo ideológico, pela essência de classe, pela funcionalidade das políticas de Estado. Nesse tópico, atentar-se-á para os conflitos teóricos postos no debate científico sobre o campesinato. A primeira questão é se camponês é uma palavra, uma denominação ou uma categoria. Marx (2011) afirma que categorias são seres existentes.

O autor declara que negar, ao ser uma existência real e efetiva, significa aderir à especulação. Concebe que o concreto é oriundo de múltiplas determinações, produto da unidade do diverso. Nesse ínterim, o camponês como universalidade dos camponeses assentados, ribeirinhos, posseiros, proprietários, deve ser uma representação do real, não uma criação inventiva do intelecto. O camponês como categoria não deve desconectar-se dos seres reais. O desafio é retornar da representação para especificar as diferenças reais dos campesinatos, desenvolver a dialética da singularidade/particularidade com a universalidade.

O que se quer dizer é que se o conceito adquire vida autônoma, desconecta-se dos seres reais e torna-se especulação. Por isso concepções museificadas, estáticas, caricaturadas, estritas, acabadas são meras especulações, invenções do intelecto, recaem na a-historicidade, na criação do espírito (SILVA, 2018). Esse autor concebe o camponês como um ser dinâmico, histórico, processual, que comporta superações e permanências, continuidades e descontinuidades. Como conceito, comporta insuficiências e possibilidades, mas descartá-lo contém sentido estratégico.

Visto que possui conteúdo político, expressa sentido de classe (MARTINS, 1981). Shanin (2005) vaticina que camponês não é uma palavra vazia, sua eliminação não o substitui por outro termo que cumpra requisitos científicos semelhantes. Por isso, a despeito dos riscos de usos ideológico e místico, essa categoria não esgotou sua capacidade explicativa. A prisão às denominações significa negação do rigor científico, não cabe aos assentados, ribeirinhos, posseiros, proprietários definir-se como camponeses, uma vez que eles não têm compromisso com a construção do concreto pensado.

A adesão *a priori* representa fuga do debate teórico-metodológico, enquanto anuências a categorias instrumentais revelam apoio a proposições de ajuste estrutural neoliberal para o campo. A categoria instrumental de agricultor familiar contém determinismo econômico, objetificação dos sujeitos, prisão às formas e funcionalidades e aos interesses do agronegócio (SILVA, 2018). Por isso, nesse texto, segue-se falando de camponeses. Na literatura, eles são um incômodo, foram desprezados, tomados de modo utópico, analisados de modo deficiente. “El campesinado no encaja bien em ninguno de nuestros conceptos generales de sociedad contemporánea.” (SHANIN, 1983, p. 275)¹.

Conforme o autor, os camponeses portam generalidades, são pequenos agricultores, usam trabalho familiar, produzem para autoconsumo, comercializam o excedente, detêm relação singular com a terra, laços de interação na comunidade e na exploração familiar, possuem padrões culturais tradicionais e conformistas. A propriedade é sua unidade básica de produção, consumo e vida social. Sua solidariedade manifesta-se nas relações de ajuda mútua, nas ações de cooperação simples. A consciência, a cultura específica, os interesses em comum, a posição de classe produzem coesão e os impulsionam para a luta.

Nela utilizam os trunfos de produtores de alimentos e de dispersão das habitações. Mas fragmentados, com objetivos variados, localizados produzem efeitos políticos reduzidos. Shanin (1983) compreende que o campesinato tem atuado como classe. Eles têm enfrentado fazendeiros, capitalistas e o Estado, e que são conduzidos por grupos externos, ou agem de modo espontâneo pelos motins, pela passividade camponesa, pelas guerrilhas. O autor concebe o campesinato como classe, enquanto modo de vida. Sua posição o vincula aos populistas russos, que polemizaram com os marxistas ortodoxos, defensores do fim do campesinato. Lênin (1985, p. 69) argumenta:

[...] testemunhos a desintegração do campesinato em dois tipos diametralmente opostos: de um lado, o proletariado rural (que abandona a sua terra e vende sua força de trabalho) e, doutro, a burguesia camponesa (que compra terras, arrenda grandes extensões, especialmente dos lotes comunitários, aperfeiçoa os seus métodos de

¹ Tradução livre: o campesinato não se encaixa bem em nenhum de nossos conceitos gerais de sociedade contemporânea.

exploração, emprega operários e diaristas [...] e incorpora empresas comerciais e industriais à agricultura.

O autor compreendeu que o capitalismo mercantil promoveu a descamponização, a destruição do campesinato médio. A polarização foi benéfica ao desenvolvimento do mercado interno. A burguesia camponesa adquiriu meios de produção e bens de consumo. Essa tese foi refutada por Lênin, mas sua autocrítica não significou revisão da posição dos marxistas ortodoxos. Eles também respaldaram suas posições em Kautsky (1998), defensor da proletarização camponesa, do desenvolvimento superior da grande propriedade em relação à pequena exploração.

O autor propôs que o grande estabelecimento sofre menor perda em área cultivada, usa máquinas de modo eficiente, conta com administração científica, acessa facilmente o crédito e detém maior quantitativo de trabalho vivo e de trabalho morto, embora reconheça a permanência dos pequenos estabelecimentos. Afirma que isso ocorre não pela capacidade competitiva, mas para o suprimento de mão de obra. A grande propriedade torna o camponês um proletário a domicílio e sua propriedade é utilizada para produção de autoconsumo, o que o aproxima dos interesses do proletariado. Os marxistas ortodoxos também se apoiaram em Marx; Engels (2008, p. 25-26): “[...] os camponeses-combatem a burguesia para garantir a própria existência como classes médias e impedir o próprio declínio. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras.”

Mesmo que esse autor tenha revisado tal posição, como está expresso, por exemplo, na carta a Vera Sassulitch, de 1881. Nela, Marx negou o evolucionismo unilinear, a ascensão ao socialismo precedido pelo capitalismo industrial. Reconheceu que a Rússia agrária poderia saltar para o socialismo: “[...] a comuna rural, [...], pode se livrar [...] de suas características primitivas e desenvolver-se diretamente como um elemento de produção coletiva em escala nacional. Todo mundo consideraria a comuna como um elemento de regeneração da sociedade russa.” ([MARX, 1881], SHANIN, 2017, p. 156-157).

Os marxistas ortodoxos, em nome dos desejos revolucionários, desconsideraram aportes teórico-metodológicos fundamentais: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Não obstante, cisões ocorreram no interior do marxismo. Os marxistas heterodoxos consideraram os camponeses funcionais ao capitalismo. Luxemburgo (1985) argumentou que o sistema capitalista, no seu processo ininterrupto de expansão, inclui os camponeses na economia mercantil, tornando-os consumidores, fornecedores de matérias-primas, alimentos e mão de obra. A destruição da economia natural daria lugar à reprodução simples, base da economia mercantil. O capitalismo,

com a ruína do campesinato, inviabiliza sua reprodução ampliada. A autora vaticina que isso culmina no último período da trajetória capitalista, o imperialismo.

Vergopoulos (1977) crítica essa tese, pois os elementos diferenciais não capitalistas não tendem ao desaparecimento, pelo contrário, são recriados, visto que o capitalismo não pressupõe a homogeneidade, mas a reprodução a partir das diferenças. O que está em jogo é a apropriação da renda da terra, por isso a realização da reforma agrária nos países capitalistas centrais beneficiou os capitalistas industriais, comerciais e financeiros urbanos. Os camponeses são subordinados na aquisição dos meios de produção, na circulação das mercadorias camponesas, no empréstimo bancário, no pagamento de encargos fiscais e na aquisição de bens de consumo.

A agricultura camponesa é socialmente pilhada (VERGOPOULOS, 1977). Os populistas russos também discordaram das teses ortodoxas, e defenderam a resistência camponesa ao capitalismo. Shanin (2005) classifica essas teses como simplificação exagerada. Os marxistas ortodoxos negligenciam a coesão camponesa, supervalorizam o ódio, as diferenças intraclasses. Também se prenderam aos determinantes econômicos, em detrimento dos aspectos internos e externos à unidade camponesa. Conforme o autor, o mercado, o Estado, a natureza, os fatores biológicos são elementos centrais para a mobilidade multifatorial das propriedades camponesas, com tendências de pauperização, marginalização e diferenciação.

Ele dialogou com Chayanov (1974), membro da escola de Organização da Produção, que analisou a propriedade camponesa pelo modo de produção camponês, tendo como pressuposto o balanço trabalho/consumo e a família como unidade básica da economia familiar. Avaliou ainda o equilíbrio dos fatores de produção terra, família, trabalho, o equilíbrio utilidade/penosidade do trabalho, somados à racionalidade específica do campesinato na organização da propriedade e a relação com o mercado. Ele não discutiu a distinção de classe, mas a diferenciação demográfica do campesinato.

Van Der Ploeg (2016) atualiza as proposições de Chayanov. Os camponeses acionam dispositivos antimercado para proteger a família, a propriedade e a comunidade camponesa. Eles são heterogêneos, rebeldes aos poderes externos, atuam nos interstícios, com construção de mercados locais, coletivos de armazenamento de sementes. Também se ajustam às circunstâncias contemporâneas do fazer agropecuário, o que promove a recampesinação. Portam uma lógica de desenvolvimento da propriedade que escapa às determinações externas, com construção de equilíbrios internos singulares.

Van Der Ploeg (2016) reafirma o equilíbrio trabalho/consumo como o coração pulsante da propriedade camponesa. A ele se adicionam os equilíbrios penosidade/utilidade do trabalho. A intensidade do trabalho é ditada pelas necessidades de consumo, pelos braços disponíveis

para o trabalho, pela formação de capital, pelos valores, normas, crenças, experiências e princípios da economia moral camponesa. Os camponeses realizam avaliações subjetivas, deliberam estratégias, realizam cálculos econômicos sofisticados, observam as condições de mercado para obtenção de maior renda familiar. Há também o equilíbrio sujeito/natureza, tendo em vista que a agricultura envolve coprodução, coevolução sociedade/natureza.

Os camponeses aprimoram, enriquecem e diversificam a natureza. Nesse ato, unificam o trabalho manual e mental, negam a padronização, lidam melhor com as adversidades, com as incertezas, remodelam as paisagens, cuidam das criações e plantações com afeto, dedicação e comprometimento. Ao produzirem, praticam a agrobiodiversidade, que é mais complexa do que as monoculturas. Van Der Ploeg (2016) compreende que a agroecologia é uma expressão da recamponização, de retomada da agronomia social de Chayanov. Há uma luta de caráter emancipatório do campesinato contra os padrões produtivos instituídos pela “Revolução Verde”.

Por isso o campesinato constrói uma agricultura resiliente, de baixa escala e baixa intensidade, com uso de recursos e insumos internos. Todavia, Van Der Ploeg (2016) reconhece novas demandas no equilíbrio trabalho/consumo, ditadas pelo modo de vida urbano, pelos impérios agroalimentares e pela especulação do mercado. Os camponeses reagem por meio da multifuncionalidade, da luta pela restauração da autonomia. O modelo elaborado por Chayanov continua válido, uma vez que as deliberações da família camponesa são fundamentais para os resultados da propriedade camponesa, embora a unidade de produção esteja imersa num ambiente político-econômico.

Para obtenção de equilíbrios nesse ambiente, os camponeses se retiram de determinados mercados, criam ou entram em outros, edificam cooperativas, reivindicam ações do Estado, fazem migrações cíclicas e usam tecnologias miniaturizadas. Também ocupam terras, nelas, restauram a qualidade dos solos, utilizam novas fontes de energia, formam infraestruturas produtivas pelo trabalho vivo. Além disso, lançam mão do conhecimento empírico, negam a ciência imperial, organizam, interpretam, experimentam e reavaliam os processos de produção (Van Der Ploeg, 2016), com isso, promovem inovações que permitem produções sustentáveis a longo prazo.

Van Der Ploeg (2016) refuta a tese de diferenciação definitiva, haja vista que os camponeses seguem resistindo e existindo nos campos no mundo. Esses pressupostos repercutem na produção científica sobre campesinato no Brasil e no Cerrado. Nas literaturas de cunho neoclássico, ou nas marxistas ortodoxas, os camponeses serão extintos, são seres irracionais, retrógrados, objetos passivos do acontecer hegemônico (SILVA, 2018). Esse autor compreende que, na interpretação marxista heterodoxa, os camponeses são funcionais ao

sistema capitalista, enquanto na análise de Chayanov sobrevivem pela racionalidade econômica específica, centrada na família.

Entende-se que no Cerrado há um cercamento e, ao mesmo tempo, uma reação a contrapelo do campesinato (SILVA, 2018). O autor não trata de um cercamento similar aos *enclosures* ingleses, com seus processos de expropriação, mas a apropriação da renda da terra por meio de processos de acumulação primitiva, em que a água, as sementes, os minerais, as terras (bens comuns), tornam-se propriedade privada. Soma-se a isso a criação das rendas da vida e da morte, com a constituição de “*latifúndios invisibilizados*” das sementes e dos agrotóxicos.

No Cerrado o conhecimento camponês está cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio. De um lado, o capital impõe os conhecimentos biotecnológicos como mecanismo de universalização de práticas agrícolas e de novas tecnologias, e de outro subordina os camponeses à lógica do mercado. (CALAÇA, 2014, p. 1).

Além do mais, há outros fatores negativos, com a “*fertilidade fabricada*”, a coerção do mercado de alimentos, a mecanização pesada, a “*pragmatização*” dos seres humanos e não humanos, a introgressão genética, a violência simbólica, a eliminação camponesa com o trabalho escravo, superexploração, chuvas de veneno e a violência contra a pessoa. E ainda a mediação da renda da terra na construção dos assentamentos no Cerrado, a reforma agrária de mercado e a supressão da agricultura camponesa pelos monocultivos. Todos esses elementos demonstram que há um cerco (i)material, simbólico, instrumental ao campesinato no Cerrado, que destrói seu modo de vida, suas condições de existência (SILVA, 2018). Conforme o autor, isso dá origem aos movimentos a contrapelo, expressos nas resistências, nos movimentos de contraposição, reação, dissidência, com elaboração de outro projeto de ordenação do espaço no campo. O campesinato atua como classe no Cerrado, ele luta na terra, ocupa, acampa, manifesta, prática e luta por outro mundo possível (SILVA, 2018).

Camponês não é uma designação autoproclamada é uma construção teórica. Segundo a CPT (2015)², de 470 entrevistados na pesquisa, a maioria não se considera camponês. Desse total 0,21% tinha menos de 20 anos de idade; 5,74%, entre 20 e 30 anos; 14,47%, de 31 a 40 anos; 51,07%, de 41 a 60 anos; 18,30%, de 61 a 70 anos; 8,08%, mais de 70 anos e 2,13% não

²O relatório Realidade do campo em Goiás (2015)”, produzido pela Comissão Pastoral da Terra-CPT/Regional Goiás, em parceria com professores de instituições Ensino Superior do estado revela faces do campesinato no Cerrado O relatório foi elaborado com base em dados de fontes secundárias e informações primárias. Para tanto, usou dados estatísticos de instituições governamentais e roteiro de entrevista de percepção, composto de questões semiestruturadas, aplicados nas dioceses de Formosa, Goiânia, Ipameri, Uruaçu, Goiás e São Luís de Montes Belos. A pesquisa se deu em 51 municípios goianos, com 180 camponeses assentados, 396 proprietários, 45 posseiros/ocupantes, 42 arrendatários e seis parceiros/meeiros, somando um total de 471 entrevistados (CPT-Regional Goiás, 2015, p. 4).

responderam a indagação. Quando questionados sobre como se denominavam, 32% deles se autoidentificaram como trabalhadores rurais; 29% se dizem agricultores familiares; 13% como agricultores; 9%, como camponês; 8%, como lavrador; 5% mencionaram outras denominações; 2%, como quilombolas; 1%, como sem-terra e 1%, posseiro.

O campesinato no contexto da fronteira agrícola no início do século XXI

A expansão da fronteira agrícola no atual contexto brasileiro responde à lógica do movimento global e das demandas dos mercados consumidores. Esse fenômeno precisa ser entendido a partir dos novos elementos que comandam a ocupação e a apropriação da terra nas regiões que são criteriosamente selecionadas pelos agentes financeiros. Dentre essa plataforma, o Centro-Oeste e o Centro-Norte do Brasil integram a nova fronteira agrícola. Essa reestruturação espacial do setor agrícola capitalista conta com a participação de investimentos de fundos de pensão, bancos e empresas que financiam a produção de grãos, algodão, criação de gado, silvicultura, fruticultura e da cana-de-açúcar.

A intensificação das atividades do agronegócio e o dinamismo econômico reconfiguram as relações socioespaciais, que são oriundas das contradições do modelo concentrador e excludente. Desse modo, o avanço dos monocultivos destinados à produção em larga escala traz diversas implicações, como a destruição da biodiversidade do Cerrado, aprofundamento dos conflitos por terra e, assim, reforça o processo de desarticulação do campesinato.

A fronteira agrícola reúne um conjunto de elementos que constituem a base estrutural para as operações financeiras que se destinam à ampliação das atividades agropecuária e outros empreendimentos que contam com a participação direta das grandes empresas. Diante dessas transformações desagregadoras, os governos e as organizações empresariais argumentam que os investimentos, segundo os protagonistas, trazem progresso, gera emprego e renda. Os resultados contradizem esse discurso, pois, os efeitos para a população são negativos, principalmente para os posseiros, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e as comunidades de fundo e feche de pasto, que veem suas terras e seus territórios ameaçados pelas ações ilegais de grileiros. "Assim como a ocupação do Cerrado desde 1970, a atual expansão da territorialização do agronegócio na região do MATOPIBA também é impulsionada pelo Estado. A EMBRAPA possui papel determinante nesse processo de ocupação e territorialização do agronegócio no Cerrado [...]." (PEREIRA, PAULI, (2019, p.156).

Segundo Gomes Junior (1980, p. 335), a [...] "fronteira agrícola é o limite extremo de ocupação territorial daquilo que ficou conhecido na literatura econômica brasileira como agricultura itinerante." Estamos diante de um amplo processo de expropriação dos lavradores

levado a efeito pelas grandes empresas capitalistas, que, apoiadas nos incentivos fiscais, vislumbram grandes negócios na propriedade da terra (MARTINS, 1980). Como resultado desse processo e com emprego da violência, a expulsão das famílias camponesas de suas terras se consolida.

Na atualidade, a frente de expansão está assentada na reorganização do espaço agrário, que conjuga articulações entre empresas nacionais e as transnacionais, presentes na fronteira agrícola. “[...] conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nosso tempo. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.” (OLIVEIRA, 2016, p.14).

A história do recente deslocamento da fronteira está entremeada de destruição, mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança [...] (MARTINS, 1996, P.26). A destruição e a violência contra posseiros se assentam na dispersão contínua no espaço e no tempo, dos empreendimentos capitalistas, marcados por conflitos históricos, fundamentados na expropriação do campesinato e pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, que, ao mesmo tempo, expropria e recria o campesinato.

Na expansão dinâmica da territorialização do capital na ocupação da fronteira agrícola, os sonhos são distintos; enquanto os chegantes buscam angariar lucros com a exploração agrícola, os camponeses querem permanecer trabalhando em paz nas suas terras. Esse encontro nem sempre é pacífico, pois os projetos e as lógicas são divergentes. Os primeiros estão embasados numa concepção predatória dos recursos naturais e na exploração do trabalho assalariado, e os camponeses preferem o uso sustentável dos ecossistemas e na produção de alimentos saudáveis e na produção da vida.

Nas décadas iniciais do século XXI, os conflitos envolvendo posseiros e grileiros estão aumentando exponencialmente porque a expansão da fronteira se efetiva por meio da grilagem de terras devolutas ou nas terras ocupadas por posseiros há tempos.

Na linguagem popular, grileiro ou grilo é um fabricante, no mínimo, um falsificador de títulos de propriedade. Fato extremamente importante numa região pioneira, onde era muito difícil encontrar o primeiro ocupante, saber se este ocupante adquiriu regularmente um título de propriedade, estar em condições de apresentar às autoridades judiciárias documentos perfeitamente em ordem, num país em que a terra se valorizava subitamente e em que um domínio cobria milhares de alqueires, era a certeza de fazer fortuna sem esforço. Surgiu o problema da propriedade, em todos os países pioneiros [...] (MONBEIG, 1998, P.143).

A dinâmica das transformações territoriais impostas pela padronização e homogeneização do modelo agrícola está assentada na maximização do lucro e na expropriação da renda da terra. A consequência desse nefasto modelo é que deixa as outras formas de

produção em situação de vulnerabilidade. Além do mais, verifica-se a redução da produção camponesa frente ao avanço da agricultura capitalista, a expulsão dos camponeses de suas terras e a intensificação da migração campo-cidade.

A valorização da terra na nova fronteira – o MATOPIBA - impulsiona o mercado de terras. As empresas nacionais e estrangeiras adquirem e arrendam terras tanto para produzir, quanto para especular no mercado imobiliário de terras rurais. Esse contexto é perturbador para as famílias camponesas, especialmente para os posseiros, cujas posses não foram regularizadas junto aos órgãos competentes.

Dessa maneira, empresas estão se especializando para especular com o mercado de terra no Brasil, como a Radar S/A, empresa criada pela COSAN. O principal negócio da Radar é a especulação imobiliária agrícola. Tal negócio se constitui na atividade principal da empresa, tendo por finalidade o lucro por meio da compra e da venda das terras, (PITA e MENDONÇA, 2015). Desse modo, a terra passa a ser o objeto de comercialização e se constitui como ativo financeiro nas transações comerciais para as empresas. Pereira e Pauli, 2016, p. 220) destacam que, o que “[...] merece atenção na territorialização do agronegócio transnacional nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia são as medidas interventivas do Estado brasileiro.” Dessa forma, talvez fosse até indicado afirmar que as multinacionais não estão se tornando somente proprietárias das terras agricultáveis do mundo, mas também controladoras monopolistas da produção agrícola do mundo [...] (OLIVEIRA, 2018). Ocorre que essas empresas compram terras a preços irrisórios, após estruturar as propriedades, vendem ou arrendam a preços bem acima daqueles pagos.

A inflação do preço da terra como ativo financeiro pôde, assim, ser incorporada, inclusive, como forma de inflacionar os preços das ações das empresas produtoras de commodities que passaram a abrir capital na BM&F/BOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo), aproveitando o momento de alta de seus preços, aberturas que foram se estancando conforme os desdobramentos da crise de 2008 se mostravam presentes. (PITTA, BOECHAT, MENDONÇA) (2017, p. 171).

A valorização dos preços da terra impulsiona o processo da grilagem que, por sua vez, potencializa os conflitos por terra entre sem-terra e latifundiários, entre posseiros e grileiros. Essa situação deixa os posseiros numa condição de fragilidade diante do expansivo mercado de terra, e faz crescer a especulação imobiliária agrícola na região. De olho no mercado para especular com a venda de terra, os grileiros locais são estimulados a agirem com violência para expulsar ilegalmente os posseiros das suas posses, utilizando-se de documentos falsos para forjar que se trata de terra regularizada, dessa forma, facilmente são vendidas para empresas ou fazendeiros.

Nesse contexto, o campesinato se recria e é criado, diante das adversidades que lhes são impostas e se reage mediante manifestações de protesto, nas ocupações de espaços públicos, nas ocupações de propriedades e na defesa da reforma agrária.

Diversas empresas transnacionais operam nos Cerrados do Centro-Oeste e no MATOPIBA, com isso pode se afirmar que o controle da terra e da água é uma realidade concreta. Os impactos socioambientais são visíveis, em razão da pressão dos grandes investimentos controlados por bancos e fundos de pensão, pois implica no aumento do desmatamento, do uso indiscriminado da água, poluição do ar e da água e o uso de venenos nas atividades agropecuárias.

A expansão da fronteira agrícola do MATOPIBA e em direção Amazônia indica que esta região do Brasil se tornou o território preferencial para os grandes investidores do agronegócio, onde encontram elementos propícios para as suas atividades, como a disponibilidade de terra com preços abaixo do mercado, abundância de recursos hídricos, mão de obra barata e logística para escoamento da produção.

Diversas manifestações de protestos têm ocorrido contra a privatização dos rios, por meio de concessão dada às empresas, que utilizam dessas águas para a irrigação de grandes extensões de lavouras. A exploração desproporcional do uso dos recursos hídricos tem causado a diminuição da vazão dos rios, o que acarreta prejuízos para a produção camponesa nos municípios que o agronegócio está atuando.

Assim, definimos o controle do território como um processo de apropriação não só de terras, mas de recursos naturais, biodiversidade, subsolo, renda, entre outras variáveis; através de diferentes mecanismos – legais e ilegais – que não envolvem necessariamente a territorialização, isto é, apropriação de terras (compra ou arrendamento), há novas estratégias de controle cada vez mais sofisticadas. Contudo, este processo implica a alteração da territorialidade, onde o uso do território passa a ser orientado para atender às demandas do capital externo e não mais da população nacional (não apenas camponesa ou tradicional). Os agentes são múltiplos e isso envolve, inclusive, agentes nacionais. (PEREIRA E PAULI, 2019, p.154).

Diversos movimentos sociais, dentre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - (MST), Comissão Pastoral da Terra - (CPT), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – (STR) dentre outros, associações de camponeses e ambientalistas têm denunciado o desmatamento do Cerrado, a privatização e controle das águas e do território, submetendo as comunidades tradicionais à extrema violência e privando-os do acesso a água.

As reivindicações dos posseiros envolvidos nos conflitos é de que os órgãos responsáveis façam a regularização fundiária das terras, tanto individuais quanto comunitárias, para reduzir a violência no campo. Por isso seria indispensável o reconhecimento das áreas e a demarcação dos territórios dos povos indígenas e dos fundos e feches de pastos, pois são exatamente essas terras que estão na mira das empresas ligadas ao setor agroindustrial.

Segundos dados da (CPT), Brasil registrou 1.833 conflitos no campo em 2019, número mais elevado dos últimos cinco anos e 23% superior ao de 2018. O dado reúne ocorrências relacionadas à disputa por terra, disputas por água e conflitos trabalhistas, (Comissão Pastoral da Terra, 2019).

Apesar da pressão dos movimentos sociais, o *lobby* dos ruralistas, e das empresas do setor agroindustrial também encontram respaldo do poder executivo brasileiro que dificulta a demarcação das terras, estimula o desmatamento e a grilagem de terra via regularização fundiária, principalmente na fronteira agrícola.

Portanto, os acontecimentos resultantes das movimentações dos investimentos econômicos têm provocado descontentamentos dos camponeses com o agronegócio, por ameaçar diretamente a sua condição de vida no Cerrado. Mas, diante dos fatos, constata-se que a produção camponesa ainda é importante para o abastecimento do mercado interno. As feiras livres demonstram claramente a diversidade dos produtos oriundos da agricultura familiar e camponesa para a economia local (figura 1). As associações de pequenos agricultores, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, as secretarias municipais de agricultura reforçam a importância da produção camponesa para a população local.



Figura 1: Município de Correntina (BA), feira da agricultura familiar, 2018
Créditos da imagem: José Novais de Jesus, 2018

Da teoria à realidade: a subordinação do campesinato ao capital no Cerrado

No Cerrado, o conhecimento camponês está sendo cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio. De um lado, o capital impõe os conhecimentos biotecnológicos, como mecanismo de universalização de práticas agrícolas e de novas tecnologias, e de outro, o modelo capitalista subordina os camponeses à lógica do mercado. A implementação dos princípios da Revolução Verde no Cerrado, a partir da década de 1970, teve como base os conhecimentos produzidos pelas pesquisas sobre as condições físicas e químicas dos solos e para a produção de variedades de sementes desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A territorialização do capital e a expansão do agronegócio transformou o Cerrado, introduzindo uma nova lógica no processo de uso e apropriação dos seus recursos. As atividades do agronegócio estão fundamentadas no lucro, na concentração da produção, da terra e da riqueza. O Cerrado foi convertido na principal área de produção de commodities, do Brasil. O Cerrado ganha novas cores e novos sabores. Transformam-se as paisagens, implementam-se as idéias do “novo” como a única opção capaz de produzir riqueza e qualidade de vida, desqualifica-se o outro, como diferente, atrasado e inadequado à lógica mercadológica dominante. O saber e o poder são partes intrínsecas do mesmo processo. (CALAÇA, 2014, p. 2).

De acordo com Shiva (2003, p. 22), “o poder também é introduzido na perspectiva que vê o sistema dominante não como uma tradição local globalizada, mas como uma tradição universal, considerado superior aos sistemas locais. Contudo, o sistema dominante também é produto de uma cultura particular.” É pela apropriação do saber local, universalizado, que o capital monopoliza e controla o território. Tanto as sementes das novas variedades de soja, milho etc., como as novas técnicas empregadas no cultivo, são produzidas em outras realidades, são adaptadas a outros lugares do mundo, como o Cerrado, padronizando os produtos agrícolas e os insumos empregados nos cultivos, no intento de maximização do lucro e de atendimento à lógica do mercado mundial.

O elemento essencial do processo de territorialização do capital no Cerrado foi a apropriação do conhecimento camponês, construído social e coletivamente ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, tornou o saber local invisível e considerado pela lógica da ideologia dominante como atrasado e improdutivo. Porém, apesar da pressão do capital, o campesinato se reproduz e se transforma diante dessa realidade mercantil, financeirizada e subordinada à lógica do mercado global.

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rechaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer

desaparecer o espaços das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas que leva à substituição de destruição da diversidade local” (SHIVA, 2003 pag. 25).

A difusão das sementes híbridas na década de 1960 deu início ao processo de substituição das sementes camponesas pelas variedades resultante do melhoramento genético, que gradativamente substituiu aquelas produzidas pelos camponeses. A introdução das variedades de sementes comerciais implicou a desarticulação da cultura e das práticas camponesas, cujas sementes plantadas eram selecionadas, com base na experiência e nas práticas agrícolas dos camponeses. O paiol (figura 2) era e ainda é o lugar, na unidade camponesa, onde é feito o depósito dos produtos da lavoura, para o consumo e/ou comercialização no decorrer do ano, de onde é selecionada a semente para o plantio na próxima safra. Gradativamente, esse conhecimento está se perdendo com a introdução das sementes melhoradas e geneticamente modificadas nas unidades de produção camponesa. A habilidade de selecionar sementes para o plantio está se perdendo com a inserção do camponês na lógica do agronegócio.

A troca de sementes entre vizinhos é uma prática recorrente nas comunidades rurais, mas esse intercâmbio solidário está sendo gradativamente desarticulado, devido à introdução das novas variedades de arroz, milho, feijão etc., intensificando-se, assim, a subordinação e a expropriação da renda da terra e do trabalho camponês. O campesinato está perdendo o controle coletivo do processo produtivo com a introdução das sementes híbridas e transgênicas, apesar de a trocar ainda permanecer em muitas comunidades camponesas, como pode ser observado em trabalho de campo no MATOPIBA, em 2018 e 2019. Em muitas comunidades rurais e em assentamentos rurais de reforma agrária, essa prática está sendo resgatada pelo campesinato. A criação das casas de semente, os guardiões de sementes, organizadas por alguns movimentos sociais, constituem-se em mecanismo de recuperar a autonomia camponesa e, assim, reduzir o cerco imposto ao campesinato pelo capital.

A disseminação do conhecimento de novas formas de cultivo e a distribuição de sementes crioulas são, portanto, meios de resgate da cultura agrícola dos camponeses e da própria genética das sementes de milho crioulo. A formação de redes comunitárias e envolvimento da família do meio rural nos processos de resgate são cruciais para o desencadeamento e mobilização social para a conscientização e educação ambiental, além de que, retoma ao fortalecimento da presença da mulher no campo. (MELO; SOUZA e SILVA NETO, 2019, p. 7).



Figura 2 – Produtos camponeses - Fotos (A) Tuia de Arroz (Posseiro de Balsas); (B) Paiol de armazenamento de arroz e feijão em sacos – Povo Indígena Gamela, Comunidade Vão do Vico (Santa Filomena – PI); (C e D) paiol de milho estocado para alimentar os animais, a família camponesa e para semente - Comunidade Rural de Bom Jesus (PI) – 2019

Créditos da imagem: Manoel Calaça, 2019.

Segundo Santos (2008), o processo de formação da monocultura da soja no Cerrado mineiro reintroduz um tempo novo que determina a produção e reorganiza as relações sociais e as relações do homem com a natureza. O que Santos verificou no Cerrado mineiro é extensivo a todo Cerrado. O que muda é a temporalidade com que se efetivam as mudanças, ou seja, há uma diferenciação espaço-temporal nesse processo. Ao impor a lógica da universalização da produção agropecuária, o capital altera as diversas dimensões da vida, como as festas, a procissão, a prosa em volta do fogão à lenha, os hábitos culinários, como a pamonhada³, os biscoitos e quitutes feitos no fogão à lenha, as peladas de futebol dos finais de semana, da comunicação etc. Esse processo atingiu as comunidades de forma diferenciada no espaço e no

³A pamonhada é um evento social e solidário, envolvendo familiares, vizinhos e amigos, organizada pelos camponeses para fazer pamonha, jogar truco, tomar café e comer pamonha ao final do dia. Essa prática social foi desaparecendo com as transformações impostas pelo processo de expansão das *commodities*, porém vem sendo resgatado em assentamentos rurais.

tempo, em razão das demandas do agronegócio, das condições locais e dos incentivos públicos e privados (CALAÇA, 2014).

O capital, ao expandir as atividades agroindustriais no Cerrado, cria mecanismo para a subordinação do campesinato, em suas diversas expressões. Nesse processo, os camponeses são subordinados como agregados, parceiros, trabalhadores assalariados etc. Outro mecanismo de subordinação é a expropriação da renda da terra camponesa, via compra ou arrendamento da terra camponesa. Isso está ocorrendo em assentamentos rurais que foram conquistados na luta contra o latifúndio. Por esse processo, muitos camponeses e suas famílias foram expropriados das terras e dos demais meios de produção, restando-lhes a migração e se submetem ao trabalho assalariado em fazendas do sistema do agronegócio, criação de gado, nas lavouras comerciais e nas agroindústrias. Grande parte dos que permaneceram no campo ou foram reterritorializados no processo de luta pela terra e pela reforma agrária ou foram subordinados ao agronegócio num processo contínuo.

Referindo-se a esse processo em Goiás, Calaça et al (2020, p. 26) concluem que

Dessa estrutura de poder e propriedade desigual, reproduziram-se crescentes desigualdades econômicas e sociais, tanto no campo quanto nas cidades. O surgimento de inúmeros movimentos sociais, desde as heroicas lutas dos camponeses de Trombas e Formoso e Orizona, foi a forma encontrada pela sociedade, particularmente, pelos trabalhadores do campo, de questionar e lutar contra o processo de exclusão social. Muitos foram os conflitos por terra, por trabalho e dignidade, marcados por derrotas e vitórias, mas sem nunca deixar de lutar, mesmo em tempos difíceis.

O processo de expansão do agronegócio, que ocorreu no Cerrado da região Centro-Oeste, nos anos de 1970/1990, está acontecendo nessas primeiras décadas do século XXI no MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A grilagem de terras, a violência contra camponeses, especialmente posseiros, indígenas e quilombolas, a pilhagem da renda da terra via expropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, se repetem na região supramencionada.

Há duas dimensões desse processo: a econômica, e a sociocultural. No que tange à dimensão econômica, verifica-se que concomitantemente à expansão da sojicultura, que se constitui na principal mercadoria desse processo, juntamente com o milho, o algodão, o eucalipto, a cana-de-açúcar, dentre outros, está ocorrendo a redução da produção de arroz e de outros alimentos, como mandioca, amendoim, feijão etc. O arroz é um produto tradicional e importante na lógica da reprodução do campesinato. A unidade camponesa é lugar da produção diversificada, agrobiodiversa.

A expansão das lavouras comerciais, associada a outros fatores, contribuiu para o refluxo da produção de lavouras destinadas ao abastecimento interno e ao autoconsumo, base

de sustentação da unidade de produção camponesa. Essa é uma consequência da dominação e da subordinação imposta aos camponeses pelos princípios do agronegócio. Segundo o depoimento de camponeses entrevistados no noroeste goiano, os elevados custos de produção não compensam o cultivo de produtos para o autoconsumo. Produzir leite para vender e comprar o arroz para o consumo torna-se mais viável (SILVA, 2014).

Os gráficos⁴ da figura 3 e os cartogramas da figura 4 e 5 ilustram bem esse processo no tempo e no espaço. Os dados representados nessas ilustrações revelam que, no período de 1995 a 2018, há dois processos distintos, mas correlacionados à expansão do agronegócio no Cerrado: o aumento gradativo da área colhida com soja e milho e a redução acentuada e contínua da área colhida de arroz e feijão. Em 1995, a área colhida de arroz, no Cerrado, foi de 1.722.877ha; em 2018 essa área caiu para 353.325ha, equivalente a 20,51% daquela colhida em 1995. Os municípios que se destacaram na produção desse grão são aqueles em que predominam as lavouras irrigadas, como Flores de Goiás e Cristalina, no estado de Goiás; Paracatu e Iraí, em Minas Gerais; Miranda e Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul; Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia no Tocantins (CONAB, 2016).

No MATOPIBA, prevalece a produção camponesa e àquela resultante dos plantios realizadas nas áreas que estão sendo preparadas para o plantio de soja e milho, exceto no estado do Tocantins. A produção de feijão se manteve estável no período, apresentando pequenas oscilações; os municípios com as maiores áreas plantadas utilizam a irrigação como sistema dominante.

⁴ Os dados utilizados nos gráficos da figura 2 e nos cartogramas contidos na figura 3 foram organizados mediante o somatório da quantidade produzida de arroz, feijão, soja e milho, em todos os municípios situados dentro do Bioma Cerrado, segundo o IBGE, 2019, por estado.

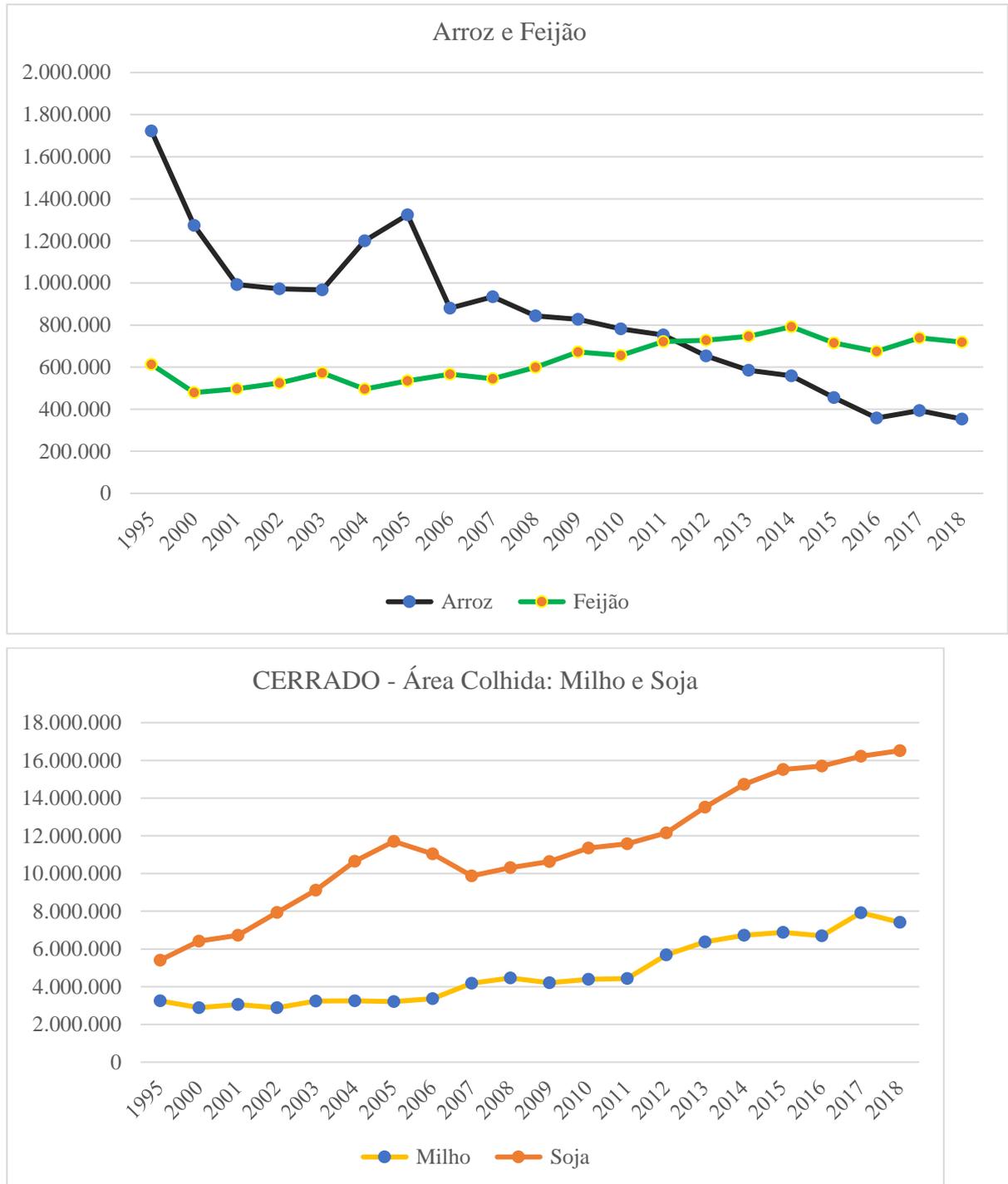


Figura 3: Cerrado - Área colhida com arroz, feijão, soja e milho no período de 1995/2000-2018
Fonte: IBGE (2019)

Com relação à área colhida de soja e milho, produtos comerciais, verifica-se que em 1995 foram colhidos 5.404.699ha de soja e 3.253.46 ha de milho. Em 2018 a soja foi colhida em 16.512.914ha e o milho em 7.413.549ha. Verifica-se que o crescimento dessas duas culturas foi exponencial no período. A soja triplicou a área colhida, enquanto a área ocupada pelo milho dobrou de 1995 a 2018.

Fica evidente que há uma relação direta entre a expansão do agronegócio no Cerrado e a queda da produção de alimentos, em todos os estados situados no Cerrado⁵. Isso se deve, em parte, às dificuldades da comercialização da produção camponesa, tanto pela precariedade da infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção, quanto pela falta de padronização dos produtos camponeses, de acordo com as especificações do mercado de consumo.

Para refletir sobre a relação da queda da produção de alimentos com o aumento da produção de mercadorias agrícolas, decidimos especializar a área colhida de dois produtos representativos dos dois segmentos de produtores categorizados pelos censos agropecuário de 2006 e 2017. Segundo o IBGE (2017, p. 8):

É importante destacar que as informações referentes à agricultura familiar foram atualizadas conforme a legislação e as variáveis disponíveis no Questionário do Censo Agropecuário 2017. Portanto, não são comparáveis diretamente com as divulgadas no Censo Agropecuário 2006. Por esse motivo, nesta publicação os dados da agricultura familiar de 2006 foram recalculados com o novo algoritmo de 2017, para obter a comparabilidade

Por essa razão, resolvemos especializar os dados referentes à área colhida de arroz e soja, pela importância que cada uma dessas culturas tem para o seguimento da agricultura familiar (arroz) e para a agricultura não familiar (soja), e verificar a dinâmica espaço-temporal dessas culturas (figura 4), referentes aos dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017.

Verifica-se que, com o avanço do agronegócio sobre o Cerrado, a produção da agricultura familiar, classe conceitual oficial, onde se situa a produção camponesa produtora de alimentos, apresenta redução da área colhida de arroz em todos os estados. A redução se dá até mesmo no MATOPIBA, que se constitui na fronteira agrícola nesse período, onde o cultivo de arroz é utilizado na fase de preparação das terras para o plantio de soja e outras *commodities*. Em síntese, a produção de arroz caiu tanto na agricultura familiar quanto não familiar.

No que se refere à área colhida de soja, verifica-se aumento de 2006 para 2017, tanto na agricultura familiar como não familiar. O cultivo dessa *commodity* aumentou nas áreas consolidadas da região Centro-Oeste, bem como se no Triângulo Mineiro e no MATOPIBA. Essa expansão da soja se deu em substituição a outras culturas, como o arroz, o feijão, a mandioca, etc. e sobre áreas de pastagens degradadas.

⁵ Não foram considerados os dados referentes ao Cerrado situado na Região Norte, por estarem fora da área de abrangência das reflexões aqui apresentadas.

No MATOPIBA, a explicação para a redução da produção alimentos pelo campesinato é a expropriação conflituosa das posses e propriedades camponesas pela grilagem de terras, com emprego da violência física, psicológica e ações judiciais fraudulentas.

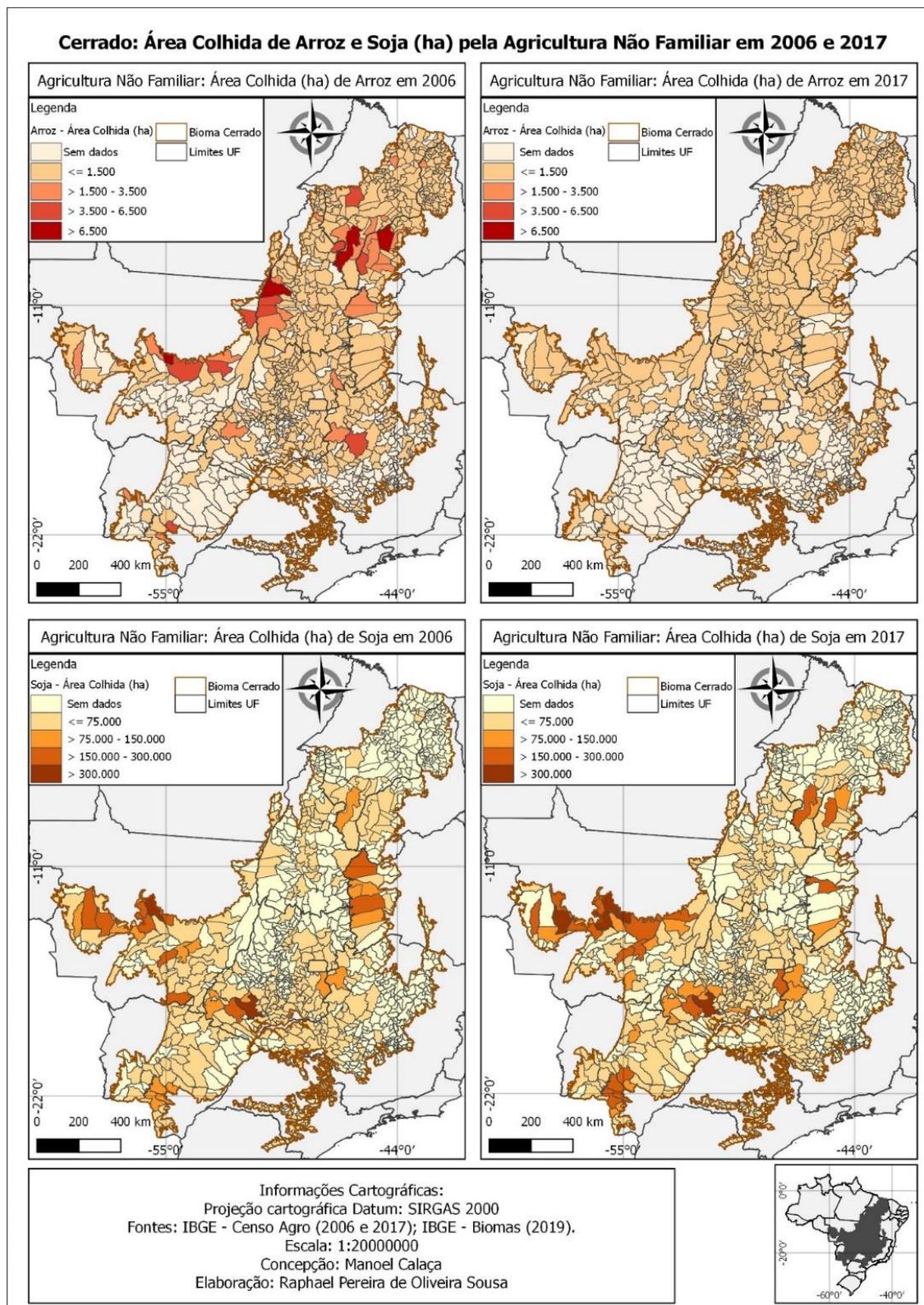


Figura 4: Cerrado: Área cultivada com arroz e soja pela agricultura não familiar, 2006/2017

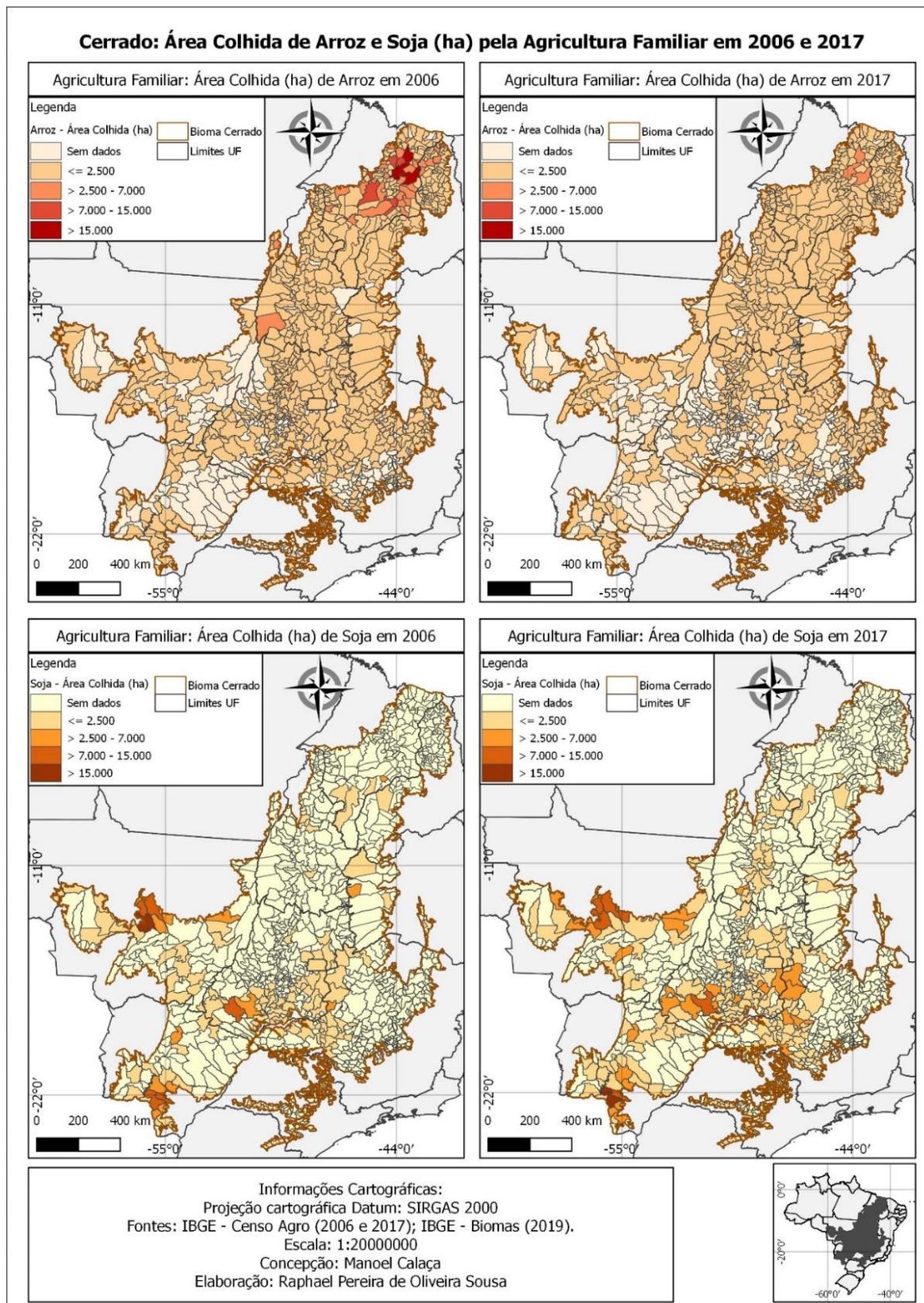


Figura 5: Cerrado: Área cultivada com arroz e soja pela agricultura familiar, 2006/2017

As estratégias de expropriação das terras camponesas são diferenciadas no MATOPIBA. No sul do Piauí, sobressai um mercado especulativo de terras por empresas do agronegócio e agentes financeiros mundiais, com incentivos fiscais e creditícios do Estado

brasileiro, para expansão da produção de soja, milho, eucalipto, algodão, cana-de-açúcar e capim para silagem, conforme foi verificado no oeste baiano (figura 5).

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio do Grupo Especial de Regularização Fundiária e de Combate à Grilagem (GERCOC), apresentou denúncia criminal contra onze pessoas pelos crimes de associação criminosa, falsidade ideológica, dispensa indevida de licitações e invasão de terras públicas, por conta de ilegalidades na concessão de títulos de posse em Ribeiro Gonçalves, região Sul do Piauí. De acordo com o apurado em procedimento administrativo, os réus agiram no sentido de burlar a Lei de Regularização Fundiária do Piauí para facilitar a grilagem de terras. (180GRAUS.COM, 2019).



A



B



C



D

Figura 5 – Oeste Baiano – Atividades do agronegócio – (A) Capim cortado para silagem (B) fardos de algodão preparado para o transporte, (C) plantação de eucalipto (D) plantação de soja, julho, 2019

Crédito da imagem: Manoel Calaça, 2019.

A ação dos grileiros, no MATOPIBA é ostensiva. As empresas atuam diretamente contratando jagunços e pistoleiros para ameaçar os posseiros e expulsá-los das terras de onde tiram o sustento. Em geral, são comunidades que têm suas posses oriundas de herança, mas são posses precárias, pois não possuem escritura pública, nem o título de propriedade da terra emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa é uma

situação habitual no oeste baiano, nas comunidades de fundo e fecho de pasto, como nas comunidades tradicionais e povos indígenas do sul do Piauí, Maranhão e Tocantins.

A expropriação das terras camponesas como consequência da expansão das lavouras de soja, milho, algodão, cana de açúcar etc. e a instituição do Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNBP), em 2004, contribuem para explicar a queda da produção de alimentos no Cerrado.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível (PNPB), instituído no final de 2004, é uma das políticas públicas responsáveis pela expropriação das terras camponesas. Logo após a criação do PNPB, foi editada uma série de normas jurídicas, regulamentando a introdução do agrobiocombustíveis na Matriz Energética Brasileira. Essas normas estimulam as empresas a adquirir matéria-prima da produção camponesa, para produção de biodiesel, concedendo-lhes incentivos fiscais.

As empresas que se credenciam ao Selo Combustível Social, de acordo com o Decreto-Lei 5297/2004, do governo federal e com a Portaria nº 174, de 27 de agosto de 2019, do Ministério da Agricultura e Pecuária, gozam de isenção do PIS e da COFINS, e ainda têm preferência na venda de biodiesel pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Estabeleceu-se, assim, nova frente no processo de subordinação e expropriação da renda da terra camponesa. As empresas estimulam os camponeses a substituir os produtos alimentícios por cultura de oleaginosas, com a garantia da compra da produção, o que se torna atrativo aos camponeses

A partir de então, expandiram-se rapidamente os pedidos de autorização para instalação de unidades industriais para a produção de agrodiesel de oleaginosas, principalmente soja, cuja produção dá ao setor a segurança do fornecimento de matéria-prima, pois o Brasil tem uma produção de soja e outras oleaginosas, como milho e girassol consolidadas.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, são 51 empresas autorizadas a produzir e comercializar biodiesel. Destas, 27 estão no Cerrado, dentre as quais, 24 se localizam na região Centro-Oeste, cujos estados estão entre os maiores produtores de grãos do Brasil. Além dessas, há uma empresa no Piauí, uma no Tocantins e outra no estado de Minas Gerais. Apenas uma delas utiliza sebo bovino, as demais empregam matéria-prima de origem vegetal.

Conclusão

O camponês provém de múltiplas determinações, produto da unidade de um conjunto complexo. O camponês, como universalidade, é constituído por um conjunto de sujeitos sociais que formam uma classe, como os assentados, ribeirinhos, posseiros, proprietários os quais formam representação do real, não uma criação inventiva do intelecto, mas se constitui como concreto pensado. O camponês, como categoria, não está desconectado dos seres reais.

No Cerrado, há um cercamento do campesinato. Cercamento expresso pela apropriação da renda da terra por meio de processos de acumulação primitiva, mediante a apropriação da água, das sementes, dos minerais e das terras, que se constituem em bens comuns e estão no centro das disputas no Cerrado. Acrescente-se a isso a criação da renda da vida e da renda da morte, com a constituição de “*latifúndios invisibilizados*” das sementes transgênicas, dos venenos, dos fertilizantes químicos, dos herbicidas e outros praguicidas.

Há um progressivo avanço do agronegócio nas terras camponesas no Cerrado. De um lado, a grilagem das unidades camponesas, com emprego da violência, na fronteira agrícola do MATOPIBA, e de outra, a apropriação da renda da terra, no momento da circulação das mercadorias produzidas pelo estímulo de políticas públicas, com o PNPB. A queda da produção de alimentos tradicionais da agricultura camponesa é expressão desse processo. Os dados analisados indicam que as lavouras comerciais estão substituindo o cultivo de alimentos convencionais, pautados pelos interesses do mercado mundial. Essa é a lógica em que está submetido o campesinato no Cerrado.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, são 51 empresas autorizadas a produzir e comercializar biodiesel. Destas, 27 estão no Cerrado, dentre as quais, 24 se localizam na região Centro-Oeste, cujos estados estão entre os maiores produtores de grãos do Brasil. Além dessas, há uma empresa no Piauí, uma no Tocantins e outra no estado de Minas Gerais. Apenas uma delas utiliza sebo bovino, as demais empregam matéria-prima de origem vegetal.

Territorialización de la agronegoció y subordinación del campesinado en el Cerrado

Resumen: Este artículo reflexiona sobre el campesinado en el Cerrado en el contexto de la expansión de la frontera agrícola en MATOPIBA. Su objetivo es el análisis de estrategias del capital en la apropiación de la renta de la tierra campesina por la expansión del agronegoció en el Cerrado. El análisis que se presenta en este texto se basa en la revisión de la literatura sobre el campesinado, la frontera agrícola e la renta de la tierra. También utilizó información de fuentes primarias y secundarias, presentada mediante cartogramas y gráficos, además de datos e información recolectada en campo. Se concluye que la renta de la tierra está en el centro de las disputas entre los agentes del capital y los campesinos del Cerrado, expresadas por un lado en los “latifundios invisibles” de semillas e insumos agrícolas y en estrategias de invisibilización de saberes y prácticas campesinas.

Palabras clave: Cerrado. Campesinado. Agronegoció. Frontera agrícola

Territorialization of agribusiness and subordination of the peasantry in the Cerrado

Abstract: This article reflects on the peasantry in the Cerrado, in the context of the expansion of the agricultural frontier in MATOPIBA. Its objective is the analysis of capital strategies in the appropriation of income from peasant land by the expansion of agribusiness in the Cerrado. The analysis presented in this text is based on the literature review on the peasantry, agricultural frontier, and land income. It also used information from primary and secondary sources, presented by means of cartograms and graphs, in addition to data and information collected in the field. It is concluded that the land rent is at the center of the disputes between the agents of capital and the peasantry in the Cerrado, expressed on the one hand by the “invisible latifúndios” of seeds and agricultural inputs and in strategies of invisibilization of peasant knowledge and practices.

Keywords: Cerrado. Peasantry. Agribusiness. Agricultural Frontier.

Referências

CALAÇA, Manoel. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. Congresso Brasileiro de Geógrafos. VII. 2014, Vitória. Anais Eletrônicos... Vitória, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404606477_ARQUIVO_AEXPANSAODOAGRONEGOCIOEMGOIASEASUBORDINCAODOCAMPESINATO_CMB_2014.pdf Acesso em: 6 jul 2020.

CALAÇA et al. Questão agrária e luta pela terra e pela reforma agrária no estado de Goiás no contexto das transformações territoriais. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, vol. 15, nº 35, p. 314-342. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/53331>

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974. 339 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)-REGIONAL GOIÁS. **Relatório de pesquisa: realidade do campo em Goiás**. Goiânia: CPT, 2015. 221 p. não publicado.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Perspectivas de diversificação e de investimentos na produção de arroz - trigo – feijão. Compêndio de Estudos CONAB, Vol. 1. Brasília, CONAB, 2016. Disponível em: https://www.google.com/search?xsrf=ALeKk01iwh7wTPdldny5fFG0QrblmeIBuw%3A1597845392475&ei=kC89X6LOHLDB5OUPuOW3wAU&q=MUNICIPIOS+MAIORES+PRODUTORES+DE+DE+FEIJAO+IRRIGADO+EM+MINAS+GERAIS&oq=MUNICIPIOS+MAIORES+PRODUTORES+DE+DE+FEIJAO+IRRIGADO+EM+MINAS+GERAIS&gs_lcp=CgZwc3ktYWIQAzoHCCMQsAMQJzoHCAAQRxCwAzoHCCMQsAIQJ1D6G1itkQJgvZkCaAZwAHgAgAHkAogBjnCSAQYyLTUyLjWYAQCgAQGgAQond3Mtd2l6wAEB&scient=psy-ab&ved=0ahUKEwii1pj4tafrAhWwILkGHbjyDVgQ4dUDCAw&uact=5 Acesso em: 10 ago 2020. 54p.

GOMES, Evaldo Júnior. **Aspectos da agricultura subdesenvolvida como crítica à tese da última fronteira: estudo sobre o Matopiba**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, julho/dezembro 2015, p. 351 a 371.

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9835>, acesso: 17/07/2020/21:15.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. (tradução de José Paulo Netto). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

- MARTINS, José Souza. **Expropriação e violência: Questão política no campo**. São Paulo, HUCITEC, 1980. 181p.
- MARTINS, José Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- MARX, Karl. A “Crítica crítica” na condição de merceeira de mistérios ou a “Crítica crítica” conforme o Senhor Szeliga. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. (tradução de Marcelo Backes). São Paulo: Editora Boitempo, 2003. p. 79-104.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. (tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano). São Paulo: Editora Boitempo, 2007. 612 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68 p.
- MELO, Suelen Cássia Pereira; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; SILVA NETO Carlos de Melo e. Resistência Camponesa e os Guardiões de Sementes de Milho Crioulo no Estado de Goiás. In: 8ª Seminário sobre uso e conservação do Cerrado do Sul de Mato Grosso do Sul. 15º feira de sementes nativas e crioulas e produtos agroecológicos de Juti. Anais. 2019. Juti, (MS) 2019. Disponível em: <http://sementescrioulasjutims.org/wp-content/uploads/2019/10/resistencia%20camponesa%20e%20os%20guardioes%20de%20sementes%20de%20milho%20crioulo%20no%20estado%20de%20goias.pdf>. Acesso em 14 ago 2020.
- MESQUITA, Benjamin, Alvino de. A expansão da fronteira agrícola num cenário de globalização da agricultura. *Revista de políticas públicas*. São Luis, v. 22, 2018. p. 1080 -1097.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Ed. Hucitec, Editora Polis – São Paulo, 1998. 392p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Terras de Estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2018. 267p.
- PEREIRA, IZÁ Lorena e PAULI, Lucas. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. *Revista. NERA Presidente Prudente* v. 22, n. 47, pp. 148-172 Dossiê – 2019.
- PEREIRA, Lorena Izá e PAULI, Lucas. Processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na Região do MATOPIBA. *Campo Território: revista de Geografia agrária*. Edição especial, p. 196-224, jun., 2016;
- PITTA, Fábio T. P e MENDONÇA, Maria Luisa. Empresa Radar S/A e a Especulação com Terras no Brasil. In. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos - www.social.org.br* 2015.
- (PITTA, Fábio Teixeira, BOECHAT, Cássio Arruda, MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício estudos internacionais - Belo Horizonte, v.5 n.2 (2017), p.155 – 179.
- (PITTA, Fábio Teixeira, BOECHAT, Cássio Arruda, MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício estudos internacionais - Belo Horizonte, v.5 n.2 (2017), p.155 – 179.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: Outras Expressões, 2018. 66p.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. In: *Revista Nera*, nº 07, jul./dez 2005, 21 p. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso em: 15 jun. 2020.
- SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Russia 1910-1925)**. (Tradução Fernando Andrada Tapia). Madrid: Alianza Editorial, 1983. 327 p.
- SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a Via Russa: Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 383 p.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003. 240p.

SILVA, Edson Batista da. **Cercados e a contrapelo:** as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). 2018. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, universidade Federal de Goiás, Goiânia, 21 de set. de 2018.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e a arte da agricultura:** um manifesto chaynoviano (Estudos Camponeses e Mudança Agrária). Tradução de Claudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016. 192 p.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). *In:* AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977. p. 43-177.

180GRAUS.COM. Onze pessoas são denunciadas por grilagem de terras no Sul do Piauí – Notícias. Terezina, 18 maio 2019. Disponível em: <https://180graus.com/noticias/mp-pi-oferece-denuncia-contr-11-pessoas-por-crimes-de-grilagem-de-terras> Acesso em: 15 ago 2020.

Sobre os autores

Manoel Calaça - Doutor em geografia. Professor da Universidade Federal de Goiás.

Edson Batista da Silva - Doutor em geografia. Professor da Universidade Federal de Goiás.

José Novais de Jesus - Doutorando em geografia pela Universidade Federal de Goiás.

Recebido para publicação em outubro de 2020

Aceito para publicação em fevereiro de 2021